



Dossiê Eleitoral Paulista

História e Estatística
1ª edição - 2023



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo

EXPEDIENTE

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Desembargador Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Desembargador Silmar Fernandes

Diretor-Geral

Claudio Cristiano Abreu Corrêa

Secretária de Gestão da Informação e Documental

Lívia Helena Zancopé Cardoso Guiselini

Coordenadora de Gestão Documental

Luci Taveira Amancio

Centro de Memória Eleitoral

José D'Amico Bauab (pesquisa histórica e redação)

José Washington da Silva Assis (pesquisa iconográfica)

Alicio Reginatto Júnior (digitação e revisão textual)

Luiz Alexandre Kikuchi Negrão (digitação e revisão textual)

Assessor-Chefe de Estatística e Ciência de Dados

Gilberto Rezende de Almeida Junior

Projeto Gráfico:

Patrícia Nogueira Nascimento Wowk / Marcelo Lessi de Mello (Geral)

Glaucia Bertocchi Faria Berg / Thainá Alvarenga de Azevedo (Estatística)

Impressão: Seção de Produção Gráfica

Chefe: Vanderlei Garcia Martins

Ficha Catalográfica: Seção de Biblioteca

Chefe: Paulo Jair Gutkoski

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo)

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Centro de Memória Eleitoral. Dossiê Eleitoral Paulista : história e estatística / Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Centro de Memória Eleitoral (CEMEL). – 1. ed. – São Paulo : Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, 2023.

1. Eleição (2022) – Brasil. 2. Estatística eleitoral. 3. História político-eleitoral – Brasil. I. Título

CDU 342.8(81)



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo

APRESENTAÇÃO

A inafastável contribuição da Justiça Eleitoral ao regime democrático brasileiro

A história contemporânea do Brasil, entre avanços democráticos e alguns retrocessos autoritários, tem como um de seus personagens centrais uma instituição cujo papel sempre foi e continuará sendo decisivo no marco civilizatório do país: a Justiça Eleitoral.

Nascida em 1932 como antídoto às fraudes eleitorais que se avolumavam na Primeira República, a Justiça Eleitoral foi extinta pela ditadura do Estado Novo em 1937, retornando ao cenário institucional em 1945 para uma ininterrupta atuação de impacto cada vez maior até os dias de hoje.

Sempre vocacionada a operacionalizar o regime democrático brasileiro, a Justiça Eleitoral trouxe, ao longo de décadas de existência, aperfeiçoamentos tecnológicos que tornam a sociedade brasileira, nesse quesito, referência mundial na escolha de seus mandatários pelo voto direto dos cidadãos.



SUMÁRIO

HISTÓRIA

A Justiça Eleitoral do Brasil, legado permanente da Epopeia	
Constitucionalista de 1932 _____	6
A nova aurora democrática após o inverno varguista _____	7
A sociedade brasileira, pelo voto, na busca de sua identidade política _____	8
Da escuridão da longa noite autoritária à luz ressurgida da verdade	
das urnas _____	9
A tecnologia a serviço da democracia brasileira _____	10

ESTATÍSTICA

Eleições 2022 – dados gerais _____	12
Evolução do eleitorado _____	12
Eleitorado por gênero - estado de São Paulo, 2022 _____	14
Pirâmide etária - estado de São Paulo, 2022 _____	15
Eleitorado por faixa etária - estado de São Paulo, 2022 _____	16
Biometria - estatísticas das Eleições 2022 _____	18
Importação do BIOEX - Eleições 2022 _____	18

ÍNDICE DE IMAGENS _____	19
-------------------------	----

HISTÓRIA



1936



2004

A Justiça Eleitoral do Brasil, legado permanente da Epopeia Constitucionalista de 1932

O Brasil necessitava superar as práticas político-eleitorais deletérias da Velha República (1889-1930) e a Revolução de 3 de outubro de 1930 firmava esse compromisso. Porém, Getúlio Vargas, ao assumir o poder federal, começou a dar sinais de autoritarismo, com intervenções consideradas indevidas na governança de São Paulo. Nesse clima de tensão política, o Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932 criou a Justiça Eleitoral do Brasil e instituiu o voto feminino. O então Tribunal Regional de Justiça Eleitoral encontrou berço, em 25 de maio de 1932, no Palácio da Justiça. Em 9 de julho, os paulistas, não acreditando na sinceridade de Vargas quanto à redemocratização do país, pegaram em armas. São Paulo, militarmente derrotado, teve a vitória política com a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, em maio de 1933, e a promulgação da Constituição Federal de 1934. Todavia, em 10 de novembro de 1937, instaurou-se a chamada ditadura do Estado Novo, fechando todos os parlamentos e extinguindo a Justiça Eleitoral. O sonho democrático brasileiro estava interrompido.



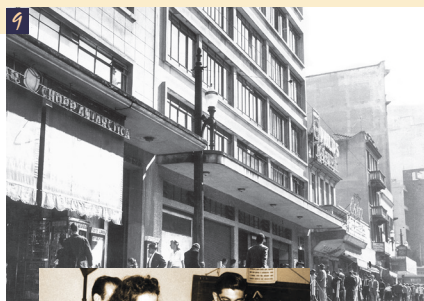


A nova aurora democrática após o inverno varguista

A Justiça Eleitoral brasileira foi recriada, em maio de 1945, nos momentos finais da ditadura do Estado Novo. Novamente o Palácio da Justiça serviu de maternidade para a reinstalação, em 6 de junho de 1945, do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. O desafio da Justiça Eleitoral paulista era imenso: cumprir todo o processo eleitoral no espaço de 6 meses, desde o alistamento dos eleitores até as etapas preparatórias da votação e depois da apuração dos resultados. Em 2 de dezembro de 1945, deram-se as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e para presidente da República. Em setembro de 1946, foi promulgada a nova Constituição Federal e, no estado de São Paulo, ocorreram eleições estaduais, em janeiro de 1947, e eleições municipais, em outubro do mesmo ano. A redemocratização brasileira estava em marcha.

A sociedade brasileira, pelo voto, na busca de sua identidade política

O início dos anos 1950 foi marcado pela volta de Getúlio Vargas à Presidência da República, dessa feita pelo voto popular. Pouco antes, em 1947, o regime democrático sofrera um revés político proporcionado pela colocação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), com boa votação em 1945, na clandestinidade. A cidade de São Paulo, que elegera os membros de sua Câmara Municipal nos pleitos de 1947 e 1951, voltou a escolher, pelo voto popular, seu prefeito, depois de mais de duas décadas. O denominado populismo desenvolveu-se de forma intensa nos palanques eleitorais paulistas, pelas atuações de Hugo Borghi, Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Aquele período ainda trouxe o ano de 1954 com fortes contradições sociais: de um lado, os inúmeros festejos dos 400 anos da cidade de São Paulo alcançando praticamente todos os segmentos da população; e, de outro, o dramático suicídio de Getúlio Vargas, com grandes consequências políticas.





Da escuridão da longa noite autoritária à luz ressurgida da verdade das urnas

A renúncia do presidente da República Jânio Quadros (1961), a experiência fracassada do parlamentarismo (1961-1962) e o tumultuado período presidencial de João Goulart desembocaram na instalação, em 1964, do regime militar, que acabou com as eleições diretas para presidente da República, governadores de estado, prefeitos das capitais e municípios tidos como de segurança nacional, e ainda impôs o bipartidarismo, extinguindo, por consequência, os partidos que vinham atuando no período pós-1945. A redemocratização começou a tomar corpo com a reconquista da eleição pelo voto popular, para governador, em 1982, e para prefeitos das capitais, em 1985. Eleita a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, e promulgada a conhecida Constituição Cidadã, em 5 de outubro de 1988, a primeira eleição direta para a Presidência da República, após quase 30 anos, veio a acontecer em 1989.

A tecnologia a serviço da democracia brasileira

Os anos 1990 assinalaram um decisivo avanço no aperfeiçoamento do sistema eleitoral brasileiro: a adoção da urna eletrônica. Graças ao recadastramento em bases informatizadas de todo o eleitorado brasileiro, realizado em 1986, foi possível vislumbrar a implementação do modo eletrônico de votação: em 1996, nas capitais dos estados e nos municípios com mais de 200.000 eleitores; em 1998, nos municípios com mais de 40.500 eleitores; e, por fim, em 2000, em todas as cidades brasileiras. Outrossim, o paulatino emprego da identificação biométrica veio a aperfeiçoar ainda mais a captação legítima do voto. Entre eleições municipais e estaduais-federais, a urna eletrônica brasileira foi colocada à prova, até 2022, em 14 pleitos, incluindo o desafiador processo de votação de 2020, em pleno surto pandêmico mundial.



ESTATÍSTICA



DADOS ESTATÍSTICOS

Eleições 2022 – Dados Gerais

Jurisdição	Eleitorado	Zonas Eleitorais	Locais de Votação	Seções Eleitorais ¹	Mesários ²
Brasil	156.454.011	2.637	93.779	496.856	1.852.572
São Paulo	34.667.793	393	10.849	101.628	408.055
Interior	25.353.534	335	8.800	75.272	301.829
Capital	9.314.259	58	2.049	26.356	106.226

Fonte: TSE

¹ Seções sem contar as agregações

² Atualização em 25/10/2022 – 2º Turno - TSE

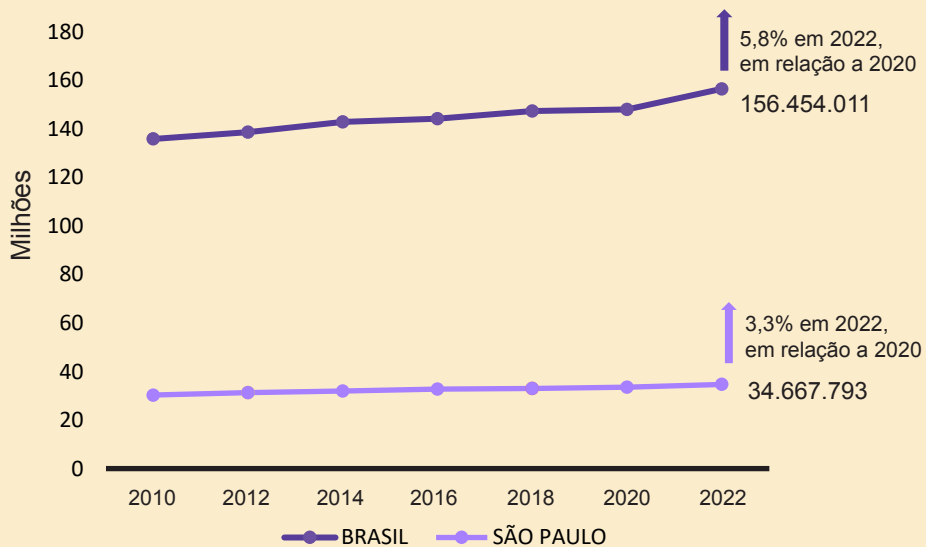
Evolução do eleitorado

Jurisdição	Eleições			
	2016	2018	2020	2022 ³
Brasil	144.088.912	147.306.275	147.918.483	156.454.011
São Paulo	32.684.931	33.040.411	33.565.294	34.667.793
Interior	23.798.607	23.987.687	24.578.607	25.353.534
Capital	8.886.324	9.052.724	8.986.687	9.314.259

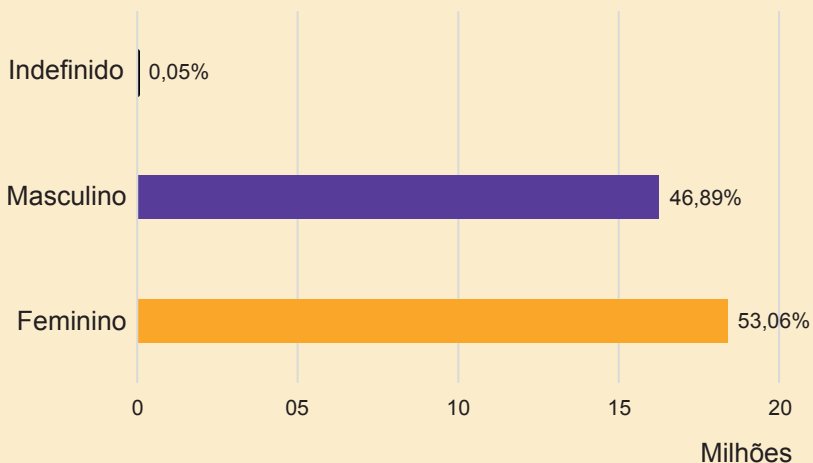
Fonte: TSE

³ Atualizado em 11/07/2022 - TSE

Evolução do eleitorado



Eleitorado por gênero - Estado de SP, 2022

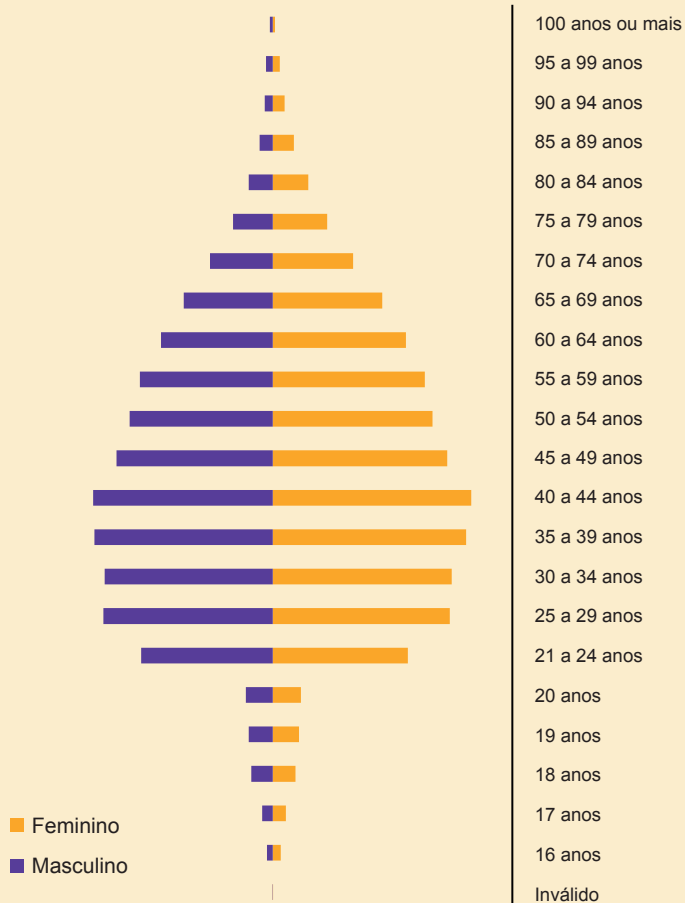


Eleitorado por gênero - Estado de SP, 2022

Gênero	Eleitorado
Feminino	18.395.545
Masculino	16.255.921
Indefinido	16.327
Total	34.667.793

Fonte: TSE

Pirâmide etária - eleitores São Paulo, Eleições 2022



Fonte: TSE

Eleitorado por faixa etária

Faixa Etária	Feminino	Masculino
Inválido	128	116
16 anos	76.962	55.078
17 anos	126.810	99.317
18 anos	217.182	202.022
19 anos	252.093	229.151
20 anos	270.615	255.805
21 a 24 anos	1.292.255	1.256.030
25 a 29 anos	1.691.605	1.616.073
30 a 34 anos	1.711.132	1.604.134
35 a 39 anos	1.847.945	1.701.660
40 a 44 anos	1.897.612	1.712.752
45 a 49 anos	1.667.279	1.491.952
50 a 54 anos	1.527.373	1.363.905
55 a 59 anos	1.453.442	1.266.275
60 a 64 anos	1.273.111	1.064.831
65 a 69 anos	1.046.853	848.929
70 a 74 anos	769.011	596.666
75 a 79 anos	520.292	376.318
80 a 84 anos	341.558	227.193
85 a 89 anos	204.681	123.415
90 a 94 anos	115.531	75.422
95 a 99 anos	67.976	61.864
100 anos ou mais	24.099	27.013
Total	18.395.545	16.255.921

- São Paulo, Eleições 2022

Não Informado	Total	Percentual	% por Faixa
0	244	0,00%	0,00%
0	132.040	0,38%	1,03%
0	226.127	0,65%	
0	419.204	1,21%	
0	481.244	1,39%	4,12%
0	526.420	1,52%	
0	2.548.285	7,35%	
0	3.307.678	9,54%	36,69%
0	3.315.266	9,56%	
0	3.549.605	10,24%	
0	3.610.364	10,41%	
0	3.159.231	9,11%	35,72%
381	2.891.659	8,34%	
2.212	2.721.929	7,85%	
2.128	2.340.070	6,75%	12,22%
1.750	1.897.532	5,47%	
1.673	1.367.350	3,94%	
2.209	898.819	2,59%	10,21%
1.973	570.724	1,65%	
1.451	329.547	0,95%	
1.148	192.101	0,55%	
996	130.836	0,38%	
406	51.518	0,15%	
16.327	34.667.793	100%	100%

Fonte: TSE

Biometria - Estatísticas, Eleições 2022

Jurisdição	Eleitores	Eleitores com biometria	Eleitores sem biometria	Percentual com biometria
Brasil	156.454.011	118.151.926	38.302.085	76%
São Paulo	34.667.793	23.271.151	11.396.642	67%
Interior	25.353.534	17.947.315	7.406.219	71%
Capital	9.314.259	5.323.836	3.990.423	57%

Fonte: TSE

Importação do BIOEX⁴ - Eleições 2022

Jurisdição	Eleitores sem biometria	Quantidade de importações do Bioex	Percentual de Bioex importado em relação ao eleitorado total
Brasil	38.302.085	9.805.728	6,27%
São Paulo	11.396.642	4.295.457	12,39%
Interior	7.406.219	2.687.321	10,60%
Capital	3.990.423	1.608.136	17,27%

Fonte: TSE

Dos eleitores que poderiam ser habilitados pelo BIOEX e que compareceram para votar no 1º Turno, 88,28% foram habilitados com sucesso.

4 Bioex é o projeto que visa o aproveitamento de dados biográficos e biométricos de cidadãos brasileiros cadastrados nas bases de dados custodiadas por órgãos signatários de acordos de cooperação técnica e não constantes na base de dados da Justiça Eleitoral, como Detran, Institutos de Identificação e outros.

ÍNDICE DE IMAGENS

- 1- Palácio da Justiça, onde foi instalado o então Tribunal Regional de Justiça Eleitoral de São Paulo, em 25 de maio de 1932. Em 6 de junho de 1945, ocaso da ditadura Vargas, o Tribunal Regional Eleitoral paulista foi lá reinstalado (Acervo CEMEL).
- 2- Segunda sede do então Tribunal Regional de Justiça Eleitoral de São Paulo, instalada em setembro de 1936 na rua Frederico Alvarenga nº 1 (atual nº 121), Glicério (imagem de Luiz Alexandre Kikuchi Negrão).
- 3- O exercício do voto em uma urna metálica, nas eleições municipais de março de 1936.
- 4- Plenário do então TRJE no prédio da rua Frederico Alvarenga, durante sessão presidida pelo desembargador Arthur César da Silva Whitaker (Arquivo CEMEL).
- 5- Fila de eleitores no primeiro pleito pós-ditadura Vargas, em 2 de dezembro de 1945 (Arquivo CEMEL).
- 6- Urnas de madeira utilizadas nas eleições de 2 de dezembro de 1945, empilhadas no Salão dos Passos Perdidos do Palácio da Justiça, onde ocorria a apuração (Acervo CEMEL).
- 7- Terceira sede do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, instalada no prédio da rua Sete de Abril nº 151, antiga Biblioteca Municipal, em 1947 (Acervo CEMEL).
- 8- Reparação de urnas de madeira, na segunda metade dos anos 1940 (Acervo CEMEL).
- 9- Quarta sede do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, instalada no prédio da rua do Seminário nº 61, em maio de 1952 (Acervo CEMEL).
- 10- Flagrante da chegada do material de votação no Pavilhão Internacional do Parque Ibirapuera, local das apurações da Capital, c. 1960 (Acervo CEMEL).
- 11- O exercício do voto em uma urna de lona, no início dos anos 1960 (Acervo CEMEL).
- 12- Plenário do TRE-SP no prédio da rua do Seminário, durante sessão presidida pelo desembargador Oswaldo Pinto do Amaral, c. 1956 (Arquivo Público do Estado de São Paulo).
- 13- O deputado federal paulista Cunha Bueno apresenta ao senador mineiro Milton Campos uma máquina de votar trazida dos Estados Unidos por sua iniciativa, em março de 1965 (Acervo CEMEL).
- 14- Cerimônia de diplomação do prefeito eleito Faria Lima (da esquerda para a direita, o quinto) e seu vice, Leôncio Ferraz (no mesmo sentido, o sétimo), em abril de 1965 (Arquivo Público do Estado de São Paulo).
- 15- Descerramento da placa de inauguração da primeira sede própria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, na rua Francisca Miquelina nº 123, em 6 de junho de 1970 (Acervo CEMEL).
- 16- O juiz da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, Sebastião Luiz Amorim, com o prefeito eleito Jânio Quadros, na cerimônia de diplomação ocorrida no plenário da Câmara Municipal (Palácio Anchieta), em 12 de dezembro de 1985. Observa-se, à esquerda, Darcy de Barros Gomes, o então diretor-geral do TRE-SP (Acervo Reinaldo José Stávale/Câmara Municipal de São Paulo).
- 17- Servidores do TRE-SP exibem cartaz de divulgação da urna eletrônica para as eleições municipais de 2000 (Acervo CEMEL).
- 18- Outdoor com mensagem do TRE-SP para as eleições de 2004 (Acervo CEMEL).
- 19- Flagrante dos trabalhos de junta apuradora nas eleições de 1990 (Acervo CEMEL).
- 20- O cantor Agnaldo Timóteo, eleito vereador de São Paulo, é diplomado pelo então juiz auxiliar da propaganda eleitoral, Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia, em cerimônia ocorrida em 17 de dezembro de 2004, no plenário da Assembleia Legislativa paulista (Acervo CEMEL).
- 21- Eleitora interage com membros de seção eleitoral nas eleições municipais de 2020 (Acervo CEMEL).



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo